

A gênese social das identidades sexuais divergentes como problema social e de pesquisa

Francisca de Paula de Oliveira¹

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal do Amapá. E-mail: fpoliveira48@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa a emergência de campo de estudos sociais sobre as identidades sexuais divergentes, observando o processo de constituição da diferença sexual como questão social relevante. Apresentamos uma breve abordagem do pensamento social sobre as identidades sexuais desviantes, com intuito de analisar consequências do processo de constituição de abordagem sociológica sobre as referidas identidades. Tomamos como marco analítico, a sociogênese do problema social das identidades sexuais e de gênero. A metodologia inclui análises de documentos históricos das identidades sexuais e de gênero divergentes do padrão heteronormativo.

Palavras-chave: Identidades sexuais; Gênero; Sociogênese

The social genesis of different sexual identities as social and research issue

RÉSUMÉ: Cet article analyse l'émergence des études sociales sur les identités sexuelles divergentes, en observant le processus de constitution de la différence sexuelle en tant que question sociale. Nous présentons un bref aperçu de la pensée sociale sur les identités sexuelles déroutantes, dans le but d'analyser les conséquences du processus de constitution de l'approche sociologique des identités en question. Nous prenons comme point de départ la sociogenèse du problème social des identités et du genre. Dans la partie méthodologique, nous analysons des documents historiques des identités sexuelles et du genre divergents de l'hétéronormative.

Mots-clé: identité sexuelle; Genre; Sociogenèse

1 Tendências históricas no estudo da sexualidade

A emergência de um campo de estudos de abordagem sociológica sobre as identidades sexuais divergentes, referenciadas como problemática social ainda é relativamente muito recente. Durante a década de 1960, as ciências sociais começam a refletir como a diversidade identitária influencia as diretrizes das políticas de reconhecimento.

A constituição da divergência em termos de orientação sexual enquanto questão social relevante se dá a partir do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o pensamento social sobre as *identidades sexuais desviantes* surgiu na segunda metade do século XIX, com os estudos de pesquisadores da sexologia.

No período acima indicado, cientistas, como Krafft-Ebing, August Forel, Richard Burton, Freud, institucionalizaram a ciência do sexo, a sexologia, a qual funcionou como forma de controle social (LAQUEUR, 2001). Estes cientistas iniciaram as primeiras investigações sobre as práticas sexuais e suas classificações em termos de normalidade e anormalidade. Lembramos também que nesse contexto histórico houve a psicopatologização das identidades sexuais divergentes (FOUCAULT, 1988).

Entre os anos de 1864 e 1895, Ulrichs publicou doze volumes sobre a homossexualidade. Em 1869, o termo *homossexualidade* foi incorporado nas obras de Benkert e Westphals (LAQUEUR, 2001). Entre os anos de 1898 a 1908 multiplicaram-se as pesquisas a este respeito. Foram publicadas nesse período mais de mil pesquisas sobre a homossexualidade (LAQUEUR, 2001). Em 1905, Freud publicou três ensaios sobre a teoria da sexualidade. No século XX, Alfred Kinsey classificou, sob a ótica *científica*, as práticas de sexo, tomando por base os tratados cristãos sobre a matéria.

A análise desses cientistas, pioneiros no estudo da sexualidade, desencadearam transformações na forma de abordar as identidades sexuais desviantes. A postura teórica dos autores acima citados ilustra a passagem do irracionalismo para um modo científico de tratar a sexualidade. A partir do momento em que ocorre a medicalização das práticas que destoam do padrão hegemônico, definido como de normalidade legítima, estimula-se a disseminação de arquiteturas disciplinares (FOUCAULT, 1998).

Uma vez que estas transformações subjacentes à sociogênese da questão dos direitos dos homossexuais encontram-se presentes no Ocidente, parece plausível mergulhar no contexto histórico da sexualidade. Isto ajuda compreender, como os atores LGBT se inscrevem como sujeitos de direito. É justamente nesse trajeto que, tendo por base as tendências históricas, procede identificar os mecanismos conceituais e as matrizes filosóficas que articulam a diferença como direito humano fundamental.

O reconhecimento da diversidade sexual LGBT, a redefinição da noção de reconhecimento e a emergência das políticas de reconhecimento, são momentos necessários para compreender a trajetória política do movimento LGBT.

O que está em jogo não é vincular o deslocamento da diferença ao desaparecimento do preconceito, mas analisar as mudanças sociais que influenciaram os processos de constituição de visibilidade das orientações sexuais divergentes e do reconhecimento no nível governamental, no caso, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas primeiras análises referentes ao sexo, presentes na literatura pré-iluminista, o corpo é tratado como epifenômeno, como indica Thomas Laqueur (2001). Este autor fez um levantamento de várias questões contraditórias no que concerne à *invenção do sexo*, que foi fundamental para o debate sobre a sexualidade, gênero e os significados das diferenças sexuais a discrição da anatomia genital.

Vimos isto nas análises que abordam a passagem do isomorfismo para o dimorfismo¹. Estas abordagens aproximam-se de outras formulações, a exemplo da

¹ Dimorfismo, modelo através do qual se classificava o grau de perfeição masculina frente à imperfeição feminina. Por Isomorfismo compreendia-se a igualdade entre os corpos seja este masculino ou feminino. “O corpo da mulher era igual ao do homem, sendo a vagina um pênis invertido. A ideia central é de continuidade, não de oposição” (BENTO, 2006, p. 115).

análise feita sobre a invenção do sexo entre os gregos. Nesta análise, pesquisadores atribuem significados com base num “sistema de semelhança”. Neste contexto analítico, a linguagem, também pode ser considerada uma forma de codificação da diferença sexual (LAQUEUR, 2011).

Em uma revisão da literatura sobre as ideias primeiras da anatomia sexual, Laqueur (2001), apresenta diferentes mecanismos através dos quais são identificadas distinções biológicas. Estas influenciaram as identificações das diferenças sexuais. Já no século XVII, a anatomia sexual feminina era definida com base na ideia de degeneração do “*verdadeiro sexo*” (LAQUEUR, *idem*).

O argumento restrito à anatomia sexual foi usado durante esse século não apenas para explicar a anatomia da vagina, considerada como pênis invertido, como também servia de modelo explicativo para a anatomia dos ovários, tomados como testículos internos. Logo, não foi possível imputar contradição na classificação atribuída ao ser feminino, como se este fosse relativamente inferior ao ser masculino.

As primeiras codificações ocidentais das diferenças sexuais adquiriram uma definição precisa através das genitálias, denominadas *pênis e vagina*. A competência dessas codificações, porém, não se limitou a inscrições do corpo em relação às condições de produção dessa diferença. Outros elementos foram incorporados na produção de verdades, sobretudo os que classificavam as diferenças sexuais sob a ótica da biologia. Assim, o monitoramento biológico dessas diferenças passou a integrar uma analítica da organização do desejo, interpretado como algo estático.

Modos conscientes ou inconscientes de produção e controle das diferenças sexuais resistem especificamente ao serem disseminados através de um conjunto de normativas que produz e reproduz padrões responsáveis pela estruturação social. Portanto, a definição consciente da sexualidade, de acordo com cada época histórica, influencia a organização social, na medida em que naturaliza os processos de regulação de verdades.

Investigar a produção de verdades sobre a sexualidade no nível da discussão filosófica é, obviamente, diferente de encará-la como dispositivo histórico de poder (FOUCAULT, 1979). As convenções cotidianas que influenciam essa produção de verdade produzem reações diversas.

No século XVII, os estudos da sexologia que se baseavam na concepção da anatomia sexual defendiam como verdade absoluta, a existência ontológica de um único sexo. Esta verdade foi difundida nas sociedades ocidentais e influenciou interpretações das diferenças sexuais, alicerçadas nas ideias de perfeição da masculinidade e da imperfeição do sexo feminino.

O interesse mais efetivo em pesquisas científicas acerca da sexualidade desenvolveu-se entre os séculos XVII e XVIII, alcançando apogeu no século XIX, com os estudos de Freud.

Até o século XVIII, as análises científicas que davam ênfase às diferenças sexuais tomavam por base distinções biológicas, segundo as quais o corpo evidenciava-se como divisor de águas.

Uma questão diversa, porém relevante, diz respeito ao processo de racionalização, legitimador das identidades sexuais dominantes. Tal processo incorporou a negação da visão metafísica², cujo critério de diferenciação sexual baseava-se na dicotomia perfeição/imperfeição. Assim, houve deslocamento no eixo de análise das diferenças sexuais, de modo que a análise destas foi substituída por um novo modelo orientado pela anatomia e fisiologia.

No que diz respeito ao novo marco de classificação da diferença sexual, é preciso levar em consideração o fato de o orgasmo ser definido como “marco biológico dessa diferença sexual”. A partir do século XIX, as peculiaridades do orgasmo invertem as interpretações acerca das diferenças sexuais.

O novo conceito do orgasmo feminino, porém, foi apenas uma formulação de uma reinterpretação mais radical, no século XVIII, do corpo feminino com relação ao masculino. Durante milhares de anos, acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que- como dizia Nemeseius, bispo de Emesa, do século IV – “a dela fica dentro do corpo e não fora”. Galeno, século II d. C. desenvolveu um modelo da identidade estrutural dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, com algumas imperfeições. (LAQUEUR, *idem*, p.16)

Esta reinterpretação de aspectos peculiares fornece novo dispositivo da linguagem que demarca as interpretações acerca da diferença sexual, diante do surgimento do conceito de orgasmo. Todavia, não se deve deixar de observar que, frente às divergências biológicas, o sentido atribuído ao orgasmo foi entrelaçado à composição da identidade feminina. Nesta perspectiva, a diferenciação sexual baseada no conceito de orgasmo, se alicerçou em fatores da natureza. Na visão biológica de Patrick Geddes, (apud LAQUEUR, 2001), por exemplo, a mulher era adjetivada como, “*passiva, conservadora, indolente e variável*”.

As mudanças na significação da diferença sexual proporcionaram visibilidade das diversidades sexuais, evidenciadas nos processos desencadeadores das relações de poder.

Na biologia, o corpo estável, não histórico e sexuado é compreendido como fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. Ser homem ou mulher era manter uma posição social na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era uma categoria sociológica e não ontológica. (LAQUEUR, 2001, 18, 19).

2 A rigor a visão metafísica de Aristóteles e Galeno funcionava como retórica que acentuava a diferença sexual entre o homem e a mulher, sendo esta considerada uma imperfeição do “ser perfeito”, o homem.

Essas demarcações constituíram dispositivos de poder, através dos quais foram interpretadas as identidades sexuais divergentes, conforme argumentos de Foucault (1988). Durante muito tempo, o determinismo biológico, foi responsável pelas transformações dos processos históricos da sexualidade. Tal determinismo continuou fornecendo matéria prima para uma nova ordem política de diferenciação sexual.

As contradições e dissonâncias no nível da linguagem constroem e refletem dialeticamente a manutenção de dicotomias com relação à questão da diferença e da igualdade. A complexidade se faz presente na vontade de ser diferente, mas sendo igual. Não obstante, era insuficiente nutrir simpatia pela visão moderna de diferenciação sexual, tomando como marco comparativo a concepção de sexo único (BENTO, 2006). Na medida em que pesquisadores da sexualidade iniciaram as análises que classificavam a diferenciação sexual com base no determinismo biológico, ocorreu uma cristalização do gênero, que passou a definir as identidades masculina e feminina.

Sob esta perspectiva, a categoria gênero arrasta para si as atribuições das competências, postulando para a construção histórica dos papéis sociais e sendo utilizada como dispositivo de poder, na medida em que passou a determinar o que competia ao ser masculino e ao ser feminino. Acirrando o conflito entre homens e mulheres, esta categoria estabelece nova ordem de classificação para a diferença sexual. Sob sua influência, as mulheres foram submetidas aos rigores da padronização do feminino, sendo punidas ao transgredir a definição social institucional vigente.

A nova ordem moderna de classificação da diferenciação sexual era considerada como definitiva e irreversível. Opor-se a ela significava enfrentar a rigidez das leis que condicionavam comportamentos corporais. Não obstante, a concepção médica renascentista, do sexo único, foi substituída pelas diferenças sexuais e sociais que revogavam como verdade absoluta o dimorfismo.

Inaugurando uma visão diferenciada, Foucault (1988) analisou a tendência dos discursos em torno da sexualidade, desestabilizando não apenas esses discursos, mas também, teorias e conceitos que acentuavam, frente às diferenças sexuais, a demonização das práticas sexuais classificadas como *desvios*.

Há invenção histórica dos comportamentos sexuais descritos como desvios. Isto influencia a produção de conhecimentos, principalmente aquela que interpreta a diferenciação sexual sob o enfoque da anatomia corporal e do determinismo biológico.

Matrizes filosóficas e políticas, presentes nos discursos sobre a sexualidade, codificam diferentes identidades LGBT como *anomalias*. Essa forma imperativa de interpretar as divergentes identidades sexuais atribui às orientações sexuais atualmente definidas como LGBT a noção de desrespeito à dignidade humana.

2 Evolução do movimento LGBT no âmbito político-científico

A luta por reconhecimento realizada pelo movimento LGBT enfrenta desafios enormes, na medida em que exige mudanças de atitudes, em nível macrossocial. No

nível internacional, as lutas pelo reconhecimento foram marcadas pelo enfrentamento de um léxico no qual são recorrentes palavras como *doença, desvio, anormalidade*.

Ao chamar a atenção para a relação com a esfera governamental, além das reivindicações de reconhecimento público, cabe questionar seguinte: o que pede o movimento LGBT? Em meio à diversidade LGBT, quem é contemplado mediante o que se pede? Através de que canais são feito tais pedidos, ou melhor, como se pede? Como se constrói a questão dos direitos à diversidade sexual?

São estas e outras questões que nos propomos responder ao longo deste artigo. As condições em que opera o movimento homossexual vêm sendo transformadas desde a década de 1990 pela emergência de novas identidades sexuais alternativas ao padrão sociocultural brasileiro hegemônico, conforme demonstra a pesquisa pioneira de Regina Facchini (2005). Na obra desta autora é abordado o contexto histórico do surgimento do movimento homossexual, as implicações deste histórico ressoam nos processos de construção e reconstrução de identidades coletivas LGBT.

As poucas lideranças responsáveis pela criação deste movimento pertenciam a uma classe média, com a vida econômica relativamente confortável (FACCHINI, 2005) e fizeram breves investidas na estrutura do poder político, sem atingir resultados satisfatórios. Em vista disso, criaram jornais alternativos pra divulgar suas ideias imprensa alternativa -, e participaram de debates, encontros e palestras³. Atualmente 257 associações, afiliadas da ABGLT, militam no movimento LGBT brasileiro.

Avaliando o significado do corpo e da sexualidade na sociedade moderna, Jeffrey Weeks (1996), a exemplo de Foucault, examinou os pontos fortes e fracos na produção do conhecimento sobre a sexualidade, identificando seu caráter social e histórico. Focalizando o processo que envolve as identidades sexuais divergentes, Weeks (1996) destaca a *invenção da homossexualidade* em sua historicidade, no âmbito da operacionalização da classificação biológica das identidades sexuais desviadas.

A análise deste autor põe em evidência definições dominante na área, as quais ora classificam as sexualidades, invertendo termos dos discursos militantes e combatendo a homossexualidade, ora constroem uma abordagem com base na preocupação com controle e normalização social. O que aqui se coloca no tocante ao antagonismo preexistente à diversidade das identidades sexuais refere-se a um contexto em que se observa a exclusão das diferenças do campo do aceitável, sejam estas culturais, identitárias, políticas e sociais.

Nas sociedades ocidentais, o modelo de moral hegemônica toma a noção de norma para disciplinar a heterossexualidade (FOUCAULT, 1979). De acordo com esse

3 No decorrer do ano de 1979, o grupo *Somos* se insere em debates promovidos pela Universidade de São Paulo sobre “movimentos de emancipação”. Em junho daquele ano, emerge desse grupo uma vertente Lésbico-Feminista. O grupo *É* encabeça várias ações no decorrer do ano de 1979, tais como: campanha de defesa do referido jornal-agosto; ato público em parceria com movimento negro-novembro; encontro de grupos organizados no Rio de Janeiro, com apoio do jornal *Lampião*; Durante a década de 1980, entre os meses de março, maio, junho, agosto e dezembro, o grupo *Somos* promove, em São Paulo, o primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais-(EBHO); ação de apoio a greve dos operários do ABC; cria-se nesse contexto, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista-(GALF), que participa do Encontro de Grupos Feministas ocorrido no município de Valinhos SP (SIMÕES, 2009, p. 162).

modelo, a normalização da heterossexualidade produz efeitos de verdade, ao ativar, estrategicamente, mecanismos de controle dos comportamentos humanos.

Sob esta perspectiva, as narrativas históricas sobre a homossexualidade indicam mecanismos através dos quais as identidades sexuais divergentes, ora são excluídas e ora são excludentes. Quando enquadradas como relações antagônicas e subjugadas por convicções biológicas, resultam no determinismo biológico. Este, por sua vez, traz à tona novas tendências antagônicas que, ao longo da história da humanidade, influenciam as sociedades ocidentais. Isto permite compreender a divisão das identidades sexuais, cujo fundamento, oculta processos responsáveis pela classificação – *normal e anormal* - da diversidade sexual.

A dualidade normal X anormal representa o confronto entre o poder normativo, que estabelece padrões e modelos a serem seguidos pelas sociedades; e tudo que transgride a normalização. Essa dualidade alimenta o preconceito, imprimindo um léxico que produz a estigmatização dos atores sociais LGBT, classificados por desviados⁴.

Compreender esse léxico é importante para entender a sociogênese dos direitos à diversidade sexual, já que estes se constituem enquanto *problema social* na medida em que os indivíduos enfrentam discriminação, têm seus direitos civis atingidos e se mobilizam para reivindicar a garantia deles. A partir desse dado da realidade, instituições políticas, científicas, em seus jogos de interesses e de poder evocam, dão visibilidade e *constroem* o *problema social* dos *diferentes* em termos de orientação sexual.

De fato, em uma sociedade diferenciada, uma instituição tem efeitos necessariamente diferenciados sobre os agentes, ou o que vem a dar no mesmo, os diferentes grupos sociais estão predispostos, de forma desigual, a se conformar às exigências de funcionamento da instituição em questão. (MERLLIÉ, 1996, p. 23)

A homossexualidade, embora não tenha sido um tema constante na narrativa das sociedades ocidentais, esteve presente em vários contextos históricos desde o período da Grécia clássica até meados do século XIX. Neste século, inaugura-se uma nova fase de produção de discurso sobre homossexualidade, com destaque no sujeito homossexual como objeto de análise.

Os discursos sobre as sexualidades visam oferecer elementos para a definição das identidades sexuais. O problema gerado em torno do reconhecimento da homossexualidade desencadeou novas mudanças nos modelos de explicações. Há um intenso debate acerca da natureza das identidades sexuais, cujo fundamento encontra-se nos teóricos das ciências médicas. Em defesa da soberania das identidades heterossexuais, como elemento determinante da heteronormativa, durante séculos,

4 É comum ouvir pessoas referir-se aos homossexuais masculinos como “veados”, fazendo referência ao animal veadado. No entanto, o sentido atribuído a esta palavra deriva dos julgamentos atribuídos a condutas “desviantes” pelo cristianismo que somados aos preceitos das ciências médicas, classificaram a homossexualidade, as práticas homossexuais, como patologias. Portanto o termo “desviado” origina o chulo “veado”. Ver Costa, Jurandir Freire, Ordem Médica e Norma familiar (1983).

predominaram classificações medicalizadas da homossexualidade. Atualmente, travestis e transexuais, ainda são classificadas como problemas patológicos (BENTO, 2008, p. 77).

Foucault, na análise que faz do biopoder⁵, reafirma a presença de um conjunto de práticas e discursos sobre a corporalidade e a sexualidade que constitui a sociedade moderna, na forma de poder disciplinário. Este encontra fundamento e se consolida na *família cristã burguesa*.

É para atender os interesses da família cristã burguesa que age o biopoder, regulando o econômico, através do controle das práticas de reprodução e a esfera do simbólico referida às práticas corporais, na medida em que estabelece os limites entre o que é normal e anormal, o padronizado e o “*desviante*”. Isso, por vezes, foi identificado através do dispositivo de controle da sexualidade. Nas palavras de Foucault:

Nem tanto ao sexo-natureza (objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo discurso. Colocamo-nos, a nós mesmos, sob o signo do sexo, porém, de uma *Lógica* do sexo, mas do que de uma *Física*. Não devemos enganar-nos: sobre a grande série de oposições binárias (corpo-alma, instinto-razão, pulsões-consciência), o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de conquista; os geneticistas não concebem mais a vida como organização dotada, também da capacidade de se reproduzir; eles vêem, no mecanismo de reprodução, o que introduz propriamente à dimensão do biológico. (FOUCAULT, 1988, p. 88)

A abordagem da ciência neste momento histórico transcende o modelo bipolarizado e se desdobra no reconhecimento da existência da posição homossexual, refletindo a ideia da possibilidade da condição de ser diferente em termos do padrão do sexualmente *normal*.

Ao definir o “sentimento sexual contrário”, ou a existência de um “terceiro” gênero, Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld, Havelonck Ellis e outros estavam tentando assinalar a descoberta ou o reconhecimento de um tipo distinto de pessoa, cuja essência sexual era significativamente diferente daquela do/da heterossexual – outra categoria inventada, mais ou menos na mesma época. (WEEKS, 1996, p. 44)

Quando à ideia de homossexualidade, atribui sentido às vidas de pessoas cuja identidade sexual diverge do padrão institucionalizado, então entra em discussão a

5 O biopoder, para Foucault (2008), é um meio através do qual a biopolítica age, seja com referência a administração: da saúde, da sexualidade e da natalidade, além da higiene e alimentação, principalmente quanto estes temas passam a por inquietações políticas.

questão moral e dos direitos. Baseando-se nos princípios da democracia, consagra-se a defesa da liberdade de expressão como argumento significativo resultante das ações coletivas. Nessa perspectiva, da definição de homossexualidade como categoria de análise, resulta a noção de diversidade sexual, a qual se constitui enquanto diretamente vinculada atribuição de significado subjetivo ao sujeito que teria direitos ao respeito da sua identidade sexual, divergente daquela legitimada pela norma.

A dinâmica de classificação das identidades sexuais divergentes produziu, no Ocidente, “padrões de interação homossexual”, estabelecendo-se uma conexão com a antiguidade grega (WEEKS, 1996). A cultura grega forneceu a base para a compreensão da ideia de homossexualidade, apresentando uma significativa liberdade no tratamento das relações entre *iguais*, embora estas fossem objeto de uma série de regulações.

A modernidade ocidental se apropriou do padrão grego de classificação sexual, ora reproduzindo as categorias, *ativo* e *passivo*; ora classificando os sujeitos homossexuais como *efeminados*. Essa apropriação modelou, primeiramente, em um contexto específico, o universo de travestis masculinos nas principais cidades européias, no final do século XVIII, a exemplo de Londres (BENTO, 2006).

No final do século XIX, é o momento em que historiadores das relações homoafetivas localizam a formulação da percepção moderna de homossexualidade, da diversidade de orientação sexual. É dada visibilidade às identidades sexuais diferentes, as quais foram classificadas com perversão, com base em ideais oriundos do cristianismo. O preconceito, com base na interpretação do que seria a *ordem da natureza*, se metamorfoseia em preconceito social, muitas vezes se *consolidando como violência e ódio de uns sobre outros*.

A construção moderna da homossexualidade foi ancorada por classificações como: *patologia*, *perversão*, *anomalia* etc. O efeito negativador que isso produziu serviu como base dos mecanismos de controle dos comportamentos humanos descritos como *desviantes*.

Conforme visto acima, as ciências médicas, biológicas, psicanalíticas, psiquiátricas e psicológicas construíram as primeiras teorias acerca identidades sexuais divergentes. Tais teorias tipificaram as diferenças sexuais, repousando em valores que asseguram legitimidade à heterossexualidade.

3 Emergência de modelos teóricos alternativos no século XX

Na segunda metade do século XX, emergem modelos teóricos alternativos, os quais interpretavam a sexualidade a partir de contribuições conceituais inspiradas em Freud. Dentre outros autores dessa linha destacamos Herbert Marcuse, Erich Fromm, Brown e Paul Goodman.

Dentro deste contexto, os estudos de Alfred Kinsey sobre a sexualidade, abrem portas para a reflexão da dimensão empírica da pesquisa sobre as relações dos indivíduos com suas corporalidades. O sociólogo John Gagnon (2006) foi pioneiro na construção de uma abordagem sociológica do estudo da sexualidade. Em sua obra A

Conduta Sexual (1973), este autor, na companhia de Willian Simon, analisa o tema da sexualidade, numa perspectiva construcionista⁶. Os referidos autores desenvolvem a teoria social dos “roteiros sexuais”, em substituição as teorias biológicas e psicanalíticas que até então interpretavam o comportamento sexual humano.

As análises sociológicas dos estudos da sexualidade elaboradas por Gagnon e Simon (1973), criticam a visão estritamente biológica da homossexualidade. Desencadeiam-se, nesse contexto, questionamentos à visão essencialista da corporalidade, das práticas e usos que lhe constituem, o que cria um sentido de compreensão da sexualidade como resultado da construção histórica e social.

Os *cenários culturais*, segundo estes autores, fornecem matéria prima para narrativas e práticas sociais, como também seriam *os roteiros interpessoais* responsáveis pela interação social cotidiana e *os roteiros intrapsíquicos*, que dizem respeito à expressão subjetiva do indivíduo, codificaram narrativas internas com expectativas sociais e culturais de comportamentos.

Os estudos da sexualidade sob este viés sociológico ocorreram em um contexto histórico em que explode a “*primeira revolução sexual*”⁷. Tal revolução influenciou mudanças de atitudes, no que se referia à aprovação do direito à diversidade sexual, e nos debates políticos sobre sexo e representação cultural. Este momento histórico oportunizou visualizar a conexão entre sexualidade, gênero e relações de poder.

Com a institucionalização da sociologia nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, criam-se vários departamentos de sociologia tendo como especialidade a *sociologia do desvio*, a qual serve de fundamento para refletir, dentre várias problemáticas sociais emergentes, a questão da sexualidade sob a perspectiva da divergência em relação aos padrões normalizados.

Nesse mesmo período, os signatários da “teoria dos roteiros sexuais”, foram fortemente influenciados pela tradição interativa de Chicago, seja através da pesquisa de Mead; da literatura de Kenneth Burke, que defendia a ação social como ação simbólica; e da análise feita por Freud, quando este fez referência às fantasias intrapsíquicas da sexualidade.

Os períodos 1960 e 1970 representaram um momento de efervescência política na linha da *contracultura*. Atores sociais contestavam, na medida em que rejeitavam

6 Alípio de Souza Filho (2009), inspirando-se na concepção construcionista, demonstrou que a realidade social, enquanto produtora de relações sociais é resultado de construções: “A ideia construcionista deve seus começos às primeiras escolas de sociologia e antropologia, e deve um tributo especial a Peter Berger e Thomas Luckmann – a quem devemos o livro seminal “A construção social da realidade” (1985), cujo título diz tudo... Outro autor importante para se entender como procedem os estudiosos que adotam a concepção construcionista é o filósofo Michel Foucault...Antes dele, no início do século XX, os estudos das escolas antropológicas e sociológicas sobre padrões culturais, cultura e personalidade, indivíduo e sociedade já apresentam concepções construcionistas, a exemplo, de autores como Frans Boas (2004), Ruth Benedict (s.d.), Margareth Mead (1988), embora se deva entendê-los em seus contextos e como pioneiros de uma concepção que estava apenas em seus começos” (p. 11 e 12).

7 As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por esta revolução sexual, que motivada pelo surgimento da pílula anticoncepcional, desencadeou, segundo Herbert Marcuse (1999), desdobramento político da livre expressão da sexualidade, acentuando com isso, a luta por igualdade e liberdade. Ver também os estudos de Mary Del Priory, *Histórias Íntimas* (2011), obra em que a autora analisa a História do Brasil, sob o enfoque da sexualidade e do erotismo.

valores que coíbiavam as liberdades de orientação sexual⁸ a heteronormatividade, emergindo, neste contexto, uma vasta produção de discursos e debate com diferentes abordagens, envolvendo questões como o papel social das mulheres, sexualidade feminina, a questão das identidades sexuais com base na orientação sexual, entre tantas outras ligadas à sexualidade.

Gagnon (2006) interpretou como fatos sociais as várias mudanças culturais que influenciaram a análise epistemológica do sexo e da sexualidade ao longo da história ocidental. Apesar de estar em contato com pesquisas sobre o *comportamento sexual do homem* (1948) e o *comportamento sexual da mulher* (1953), este autor interpretou, com clareza sociológica, o comportamento sexual e suas inter-relações com a época, rejeitando as explicações influenciadas pelo determinismo biológico, presentes nas pesquisas que deram origem aos Relatórios de Kinsey.

Aproximadamente na mesma época (1960 a 1970), a produção teórica de Gagnon e de seu parceiro de pesquisa, William Simon, sobre a “teoria dos roteiros sexuais” influenciou fortemente os movimentos sociais femininos que se organizavam em reação à discriminação sexual. Enquanto isso *balançava-se o berço* do movimento internacional homossexual, denominado na época movimento *gay*.

Mediante a efervescência política das identidades sexuais divergentes a concepção de *desvio*, constituída em relação à ordem biológica de classificação da diferença sexual passa a ser questionadas pelos atores sociais. Essa concepção adquire *status* de problemática social, na medida em que passa ser estudada por uma nova linha científica, a sociologia do desvio.

É através da mediação dos estudos socioantropológicos das orientações sexuais alternativas aos padrões hegemônicos sociais em torno da categoria *desvio* e no âmbito daquelas da reflexão sobre os processos de estigmatização do preconceito que a ação dos ativistas LGBT brasileiros se constituiu, bem como as políticas públicas destinadas a garantir os direitos dessas *minorias*. Nesse cenário de luta pelos direitos à cidadania⁹ que se desenham os mecanismos que influenciaram as reivindicações de reconhecimento público do movimento LGBT no Brasil, e a relação deste com a esfera governamental em nível nacional, no período de 2004 a 2012.

8 Em face de substancialização e naturalização do conceito de “Orientação Sexual”, Souza Filho (2007) adverte sobre os riscos que podem ser desencadeados. Seja pela ação da “política de colonização da sociedade”, ação do preconceito, conservadorismo, além da domesticação: da política do desejo; da identidade e da política do sujeito de direito. Propõe o entendimento da Orientação Sexual, “um sinônimo a mais para as escolhas, opções, preferências, construções e práticas do desejo, do erotismo, da sexualidade” (SOUZA FILHO, 2007, p. 60 e 64).

9 Para reparar as situações em que os indivíduos classificados como LGBT têm negado seus direitos sociais, sendo alvo da discriminação específica – a homofobia – foi aprovado o Estatuto da Diversidade Sexual, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 22 de março de 2011. Os princípios que regem as ações deste Estatuto se ancoram em oito pilares, a saber: “*dignidade da pessoa humana; igualdade e respeito à diferença; direito a livre orientação sexual; reconhecimento da personalidade de acordo com a identidade de gênero; direito a convivência comunitária e familiar; liberdade de constituição de família e de vínculos parentais; respeito a intimidade, à privacidade e a autodeterminação; direito fundamental a felicidade*” (DIAS, 2011, p.21). Cada um destes princípios é regido por normas constitucionais que asseguram o exercício pleno da cidadania.

4 Considerações finais

Por fim, nossas análises apontam para uma série de lutas de interesses e de políticas de visibilidade da sexualidade, as quais resultaram na transformação dos modelos tradicionais de análises das diferenças como problemática social e nas políticas públicas desenhadas no âmbito da esfera governamental para o enfrentamento da mesma, com seus efeitos planejados e não planejados.

O reconhecimento político conquistado tem possibilitado a intensificação do movimento LGBT. Por um lado, os indivíduos assim classificados podem se declarar publicamente de modo mais confortável do que em períodos nos quais a homofobia não era ainda objeto de regulação. Os processos que têm como objeto ações de discriminação pública de indivíduos por causa de sua homossexualidade tem colocado na ordem do dia uma crítica constante à radicalidade do padrão heteronormativo. Essa possibilidade de crítica aponta para um cenário no qual a diferença de qualquer ordem passa a ser reconfigurada, o que reflete a disseminação contemporânea da discussão sobre o multiculturalismo, uma das matrizes do discurso específico do movimento LGBT.

As mudanças sociais que transformaram o panorama da sociedade ocidental moderna, desde o século XIX, influenciaram o surgimento de novos paradigmas. Isso propicia a construção de uma epistemologia da sexualidade baseada no estabelecimento da visibilidade do sexo e na exteriorização das diferentes práticas sexuais humanas.

Referências

- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidade coletiva nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis; CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi. **Iniciação à prática sociológica**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção História do Povo Brasileiro)
- SOUZA FILHO, Alípio. A concepção construcionista da realidade e o estudo da diversidade sexual e de gênero. In SOUZA FILHO, Alípio (Org.) **Diversidade sexual e gênero na escola**. Natal: Opção Gráfica e Editora, 2009.

WEEKS, Jeffrey. **The Lesser Evil and Greater Good**: the theory and politics of social diversity. Londres: Rivers Oram Press, 1994.

Artigo recebido em 16 de setembro de 2014.

Aprovado em 29 de outubro de 2014.